

## Política de indexação

Milena Polsinelli Rubi

**Como citar:** RUBI, Milena Polsinelli. Política de indexação. *In:* LEIVA, Isidoro Gil; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.). **Política de indexação**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 107-120.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-199-7.p107-120>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## CAPÍTULO 3

### POLÍTICA DE INDEXAÇÃO

*Milena Polsinelli Rubi*

#### INTRODUÇÃO

Em cada um dos setores de atuação de uma biblioteca existem políticas gerais e específicas funcionando como diretrizes administrativas de ação que orientam a tomada de decisão, quais sejam: política de desenvolvimento de coleções, política de preservação e conservação do acervo, política de atendimento, entre outras.

A política de indexação também é uma delas e torna-se uma importante aliada para que o bibliotecário realize seu trabalho e maneira mais racional e objetiva, servindo como elemento norteador para a realização de sua tarefa, orientando-o na tomada de decisões sobre a determinação dos assuntos.

Sobre esse aspecto administrativo da biblioteca, Carneiro (1985) apresenta os seguintes requisitos imprescindíveis ao planejamento de um sistema de recuperação de informação ao se estabelecer uma política:

- a identificação da organização à qual estará vinculada ao sistema de indexação (contexto);
- a identificação da clientela a que se destina o sistema (destinatário);
- os recursos humanos, materiais e financeiros (infraestrutura).

Kobashi (1994) destaca que as atividades de coleta, tratamento e difusão da informação não são neutras, pois são realizadas dentro de instituições informacionais e, por essa razão, é necessário que se faça uma análise rigorosa do contexto no qual se insere o sistema documentário. Assim, a referida autora também esclarece que a política de indexação está condicionada a características dos sistemas documentários:

- necessidades do usuário;
- instituição onde se desenvolve
- domínio tratado;
- recursos humanos, físicos e financeiros disponíveis;
- produtos e serviços;
- relação custo/desempenho.

Nesse sentido também, segundo Guimarães (2000), o estabelecimento de uma política de indexação contribuirá para que o usuário e o documento deixem de ser sujeito e objeto para se tornarem dois sujeitos que interagem, uma vez que o usuário estará sempre recriando o documento e, por sua vez, alimentando novamente o sistema.

De maneira geral, a literatura sobre política de indexação se mostra escassa. Consideramos que um motivo para isso diz respeito, principalmente, ao modo como a indexação é vista dentro da biblioteca: muitas vezes, somente como um processamento técnico que não necessita de procedimentos sistematizados para identificação de assunto, apenas de uma leitura rápida para identificar e extrair os termos para representar o conteúdo. Nesse sentido, a implantação de uma política de indexação seria considerada desnecessária.

Nesse capítulo, portanto, apresentamos os resultados obtidos a partir de levantamento teórico realizado (RUBI, 2008) com o objetivo de sistematização do conhecimento sobre política de indexação.

## **POLÍTICA DE INDEXAÇÃO: CONSTITUIÇÃO E APLICAÇÃO**

A elaboração de uma política de indexação deve ser uma ação desenvolvida no âmbito da administração da biblioteca, representada por uma filosofia que reflita os seus objetivos e que sirva de guia para os bibliotecários.

Nesse sentido administrativo, Cesarino (1985, p. 165) explica que uma política de indexação só pode ser estabelecida depois de observados alguns aspectos:

- identificação das características do usuário (áreas de interesse, nível, experiência, atividades que exercem);
- volume e características da literatura a ser integrada ao sistema;
- volume e características das questões propostas pelo usuário;
- número e qualidade dos recursos humanos envolvidos;
- determinação dos recursos financeiros disponíveis para criação e manutenção do sistema;
- determinação dos equipamentos disponíveis.

Fujita (2003a) vai além, afirmando que a política de indexação está inserida em dois contextos complementares:

- a) sociocognitivo do indexador: a política de indexação, as regras e procedimentos do manual de indexação, a linguagem documentária para representação e mediação da linguagem do usuário e os interesses de busca dos usuários;
- b) físico de trabalho do indexador e dos gerentes – o sistema de informação.

No âmbito nacional, destaca-se o clássico artigo de Carneiro (1985) que aponta elementos de política de indexação. A partir de então, as pesquisas sobre o tema só foram retomadas por Rubi (2000; 2004), Rubi e Fujita (2003) e Guimarães (2000; 2004).

Para Carneiro (1985, p. 231) os seguintes elementos devem ser considerados na elaboração de uma política de indexação:

- 1 *Cobertura de assuntos*: assuntos cobertos pelo sistema (centrais e periféricos);
- 2 *Seleção e aquisição dos documentos-fonte*: extensão da cobertura do sistema em áreas de assunto de seu interesse e a qualidade dos documentos, nessas áreas de assunto, incluídos no sistema;
- 3 *Processo de indexação*:
  - 3.1 *Nível de exaustividade*: medida de extensão em que todos os assuntos discutidos em um certo documento são reconhecidos durante a indexação e traduzidos na linguagem do sistema;
  - 3.2 *Nível de especificidade*: nível de abrangência em que o sistema permite especificar os conceitos identificados documento;
  - 3.3 *Escolha da linguagem*: a linguagem documentária afeta o desempenho de um sistema de recuperação de informação tanto na estratégia de busca (estabelece a precisão com que o técnico de busca pode descrever os interesses do usuário) quanto na indexação (estabelece a precisão com que o indexador pode descrever o assunto do documento). Portanto, a partir de estudos do sistema, deve-se optar entre linguagem livre ou linguagem controlada e linguagem pré-coordenada ou pós-coordenada;
  - 3.4 *Capacidade de revocação e precisão do sistema*: exaustividade, revocação e precisão estão relacionadas. Quanto mais exaustivamente um sistema indexa seus documentos, maior será a revocação (número de documentos recuperados) na busca e, inversamente proporcional, a precisão será menor;
- 4 *Estratégia de busca*: deve-se decidir entre a busca delegada ou não;
- 5 *Tempo de resposta do sistema*;
- 6 *Forma de saída*: é o formato em que os resultados da busca são apresentados. Tem grande influência sobre a tolerância do usuário quanto à precisão dos resultados. Deve-se verificar qual a preferência do usuário quanto à apresentação dos resultados;
- 7 *Avaliação do sistema*: determinará até que ponto o sistema satisfaz as necessidades dos usuários.

Quando observamos os elementos listados por Carneiro (1985), não podemos esquecer que eles fazem parte de um contexto histórico situado na década de 1980 em que a realidade das bibliotecas, principalmente no que diz respeito às tecnologias disponíveis, era bem diferente dos nossos dias atuais. O item sobre “Tempo de resposta do sistema” pode ser considerado um exemplo ilustrativo daquele contexto em que o tempo de resposta a uma busca do usuário poderia variar muito de acordo com a profundidade e especificidade do assunto solicitado. Guimarães (2000) faz uma importante atualização de alguns desses elementos para nossos dias atuais, como veremos logo a seguir.

Em âmbito internacional, podemos destacar o trabalho do espanhol Cubillo (2000) que trata sobre as mudanças e continuidades das organizações de gestão do conhecimento, apontando o tratamento documentário como uma dimensão estratégica, que deve valorizar o trabalho do autor do documento, lembrando que esse documento constitui o representante ou substituto das ideias (*surrogate of knowledge*) do próprio autor. Devido também a esse fato, destacamos a importância e urgência da implantação de política de indexação.

Lancaster (1968, p. 62) nomeou política de indexação como políticas de entrada de documento (tradução nossa de *Document Input Policies*) explicando que “[...] é a política adotada a respeito do material indexado no sistema.” (LANCASTER, 1968, p. 62, tradução nossa). O referido autor ressalta que há dois aspectos nessa política de aquisição que dizem respeito diretamente ao usuário: a) a extensão da cobertura das áreas de assunto de seu interesse e b) a qualidade dos documentos adquiridos nestas áreas. Além disso, o autor aponta a capacidade de revocação e precisão do sistema de informação como a mais importante característica a ser observada.

1. Guimarães (2000) apresenta elementos contemplados por Foskett (1973) e ressalta a importância de três aspectos apresentados pelo referido autor como complementares ao estudo sobre política de indexação. São eles:
2. Capacidade de consulta a esmo (*browsing*): torna-se necessário pensar a respeito da interface dos sistemas de busca, revelando, de maneira fácil e direta, a estrutura temática que os organiza;
3. Garantia literária (*literary warrant*): capacidade de o sistema refletir o conteúdo da documentação, devendo ter no documento seu ponto de apoio.

Formação do indexador: em termos de conhecimento das áreas de assunto dos documentos; da metodologia de indexação das características da linguagem documentária e de suas habilidades práticas.

Sobre a formação dos profissionais, Almeida (2005, p. 118) acredita que “[...] a reflexão sobre e durante a ação de catalogar permitirá ao bibliotecário a busca por melhorias em seu ambiente de trabalho e trará possibilidades de ir em busca de soluções às dificuldades que, porventura, surjam em suas atividades.”

Segundo Van Slype (1991, p. 123),

A exaustividade depende fundamentalmente da política de indexação e qualidade do trabalho dos documentalistas, e especialmente de sua capacidade de julgar o que é importante e o que não é importante e seu ‘olfato’ para detectar os conceitos implícitos.

Lancaster (2004) considera que a política, além da correção da indexação, é um fator que influencia no desempenho de um sistema de recuperação da informação e que é diretamente atribuído à indexação. Ainda segundo o autor, “[...] a principal decisão política diz respeito à *exaustividade* da indexação, a qual corresponde, grosso modo, ao número de termos atribuídos em média.” (LANCASTER, 2004, p. 27, grifo do autor).

Para Connell (1996) o conceito de especificidade é determinado principalmente pela política administrativa.

Segundo Chaumier (1986), a seleção dos conceitos no processo da indexação será influenciada pelos elementos da exaustividade e especificidade.

Olson e Boll (2001) afirmam que, no processo de indexação, as chances de uma melhor correspondência entre a indexação e a questão de busca do usuário dependem dos seguintes fatores, que em nosso entendimento, dizem respeito a decisões tomadas para a consolidação de elementos para uma política de indexação:

- Adequação: diz respeito à habilidade do indexador em determinar o assunto do documento e traduzi-lo adequadamente para o vocabulário controlado;
- Exaustividade: número de conceitos representados no registro bibliográfico; está condicionado ao estágio de análise de assunto.
- Especificidade: relacionado à fase de tradução do conceito para o vocabulário controlado, diz respeito ao nível hierárquico da representação do assunto. Está dividido em três fatores: a especificidade e a co-extensividade do vocabulário; a especificidade de sua aplicação e a especificidade do termo no contexto da indexação.
- Consistência: diz respeito aos itens sobre um mesmo assunto serem analisados conceitualmente e traduzidos da mesma maneira. São fatores que afetam a consistência: número de conceitos representados e o tamanho do vocabulário utilizado.

Os autores não consideram explicitamente esses elementos no bojo da política de indexação. Porém, de acordo com a literatura, consideramos esses fatores como sendo pertinentes à política de indexação e devem ser levados em conta no momento de sua elaboração. A novidade em relação aos outros autores que tratam desses mesmos elementos é o fator da especificidade, no que diz respeito à co-extensividade do vocabulário, ou seja, a linguagem utilizada deve permitir que os termos selecionados para indexação sejam traduzidos de maneira efetivamente específica. Essa particularidade da especificidade também foi tratada por Connell (1996) não como um elemento específico da política de indexação, mas sim como uma questão prática a ser considerada no momento da indexação.

As definições sobre especificidade e exaustividade e as implicações desses elementos no processo de indexação, nos fazem lembrar e resgatar princípios básicos elaborados por Charles Ammi Cutter dentro do conjunto de regras para construção e arranjo de cabeçalhos de assunto, citados no item anterior deste capítulo: do uso, da entrada específica e da estrutura sindética.

O princípio do uso diz que as descrições devem ser feitas da forma usada pelo usuário. O princípio da entrada específica esclarece que os assuntos devem dar entrada pelo termo mais específico e pela não pela classe a que estão subordinados. O princípio da estrutura sindética que estabelece mecanismos para o relacionamento de cabeçalhos, permitindo as ligações de assuntos correlacionados através de uma rede de referências cruzadas (relação de equivalência, hierárquica e associativa. Além disso, como visto no capítulo anterior, esses princípios influenciaram Ranganathan na elaboração das 5 Leis da Biblioteconomia.

Nesse sentido, acreditamos que os princípios de Cutter e as Leis de Ranganathan podem ser considerados como indícios primários de uma política de indexação, uma vez que se referiam ao modo como deveriam ser as entradas dos assuntos pelos termos determinados (princípio da entrada específica), indicar as relações associativas, de equivalência e hierárquicas entre os termos (princípio da estrutura sindética), além de alertar sobre a necessidade dos usuários no momento da descrição dos assuntos (princípio do uso).

O que nos chama a atenção é que esses princípios foram elaborados de modo a subsidiar a construção de catálogos em contexto de bibliotecas e, atualmente, estão sendo melhor e mais utilizados em contexto de sistemas de informação especializados e/ou produtores de bases de dados do que nas próprias bibliotecas. Essa afirmação tem respaldo, principalmente, nos resultados parciais do projeto “O contexto sócio-cognitivo do catalogador em bibliotecas universitárias: perspectivas para uma política de tratamento da informação

documentária”, em que observamos que a maior parte das reclamações dos usuários do catálogo diz respeito à falta de especificidade dos assuntos pesquisados (princípio específico), à ausência de um sistema de remissivas (princípio sindético) e o não reconhecimento do próprio usuário no sistema, como por exemplo, pela diferença entre a linguagem do sistema e aquela utilizada pelo usuário.

Dessa maneira, consideramos que princípios de Cutter e Ranganathan continuam atuais e precisam ser considerados na elaboração de política de indexação em contexto de bibliotecas.

Sobre a realidade atual das bibliotecas, Guimarães (2000) apresenta um novo olhar sobre elementos compilados por Carneiro em 1985, de modo a atualizá-los:

- Cobertura de assuntos: aspectos como a conversão retrospectiva de dados e a compatibilidade de linguagem documentária entre integrantes de um mesmo sistema cooperativo;
- Seleção e aquisição de documentos-fonte: aliar procedência (especialmente no que diz respeito a *sites*), ao custo, à língua etc.

Além dos elementos de política de indexação já conhecidos e divulgados na literatura, o artigo de Moen e Benardino (2003) nos chama a atenção quando apresenta um interessante estudo relacionando o formato MARC 21 com a determinação de uma política de indexação para delimitação dos campos que são efetivamente utilizados na recuperação da informação pelo catálogo. Para eles, a política de indexação deve prescrever quais campos e sub/campos do registro MARC deverão ser considerados para a construção de um catálogo. Dessa forma, e tendo em vista nosso objetivo, podemos considerar essa indicação dos referidos autores como mais um elemento a ser considerado na elaboração de uma política de indexação.

Consideramos o artigo de Marília Vidigal Carneiro (1985) um clássico sobre o tema uma vez que ela apresenta além dos elementos básicos para elaboração de política de indexação, o contexto e as condições para que ela possa ser criada e implantada. Essa constatação se faz importante uma vez que observamos na literatura que as principais preocupações com a política de indexação dizem respeito principalmente às questões de exaustividade e especificidade. Podemos considerá-los como elementos importantes (RUBI, 2000), porém não como principais ou únicos, uma vez detectada a importância da indexação em todo o ciclo documentário, desde a entrada até a saída da informação da biblioteca.

Isso nos leva a pensar sobre a indexação não somente do ponto de vista do processo, da operação técnica, como também do ponto de vista da biblioteca

enquanto organização, pois a tarefa de indexação só terá sentido uma vez norteada e respaldada por essa filosofia. Dessa maneira, estaremos valorizando a indexação ao inseri-la no contexto administrativo da biblioteca e não a relegando a um contexto meramente de cunho técnico (RUBI, 2004).

Isso porque, não podemos esquecer que os sistemas de informação são compostos por partes interligadas (inserção de documentos, classificação, catalogação, indexação etc.) com objetivo comum de disponibilizar a informação da melhor maneira possível. Nota-se, portanto, que a indexação, e, por conseguinte, sua política, é uma das partes desses sistemas e, como tal, deve fazer parte também do planejamento global dos sistemas de informação como um parâmetro de sua administração no contexto gerencial.

A seguir, apresentaremos exemplos práticos da importância e da aplicação de política de indexação.

Vílchez Pardo (2002) apresenta uma publicação espanhola intitulada *Lista de encabezamiento de materia para bibliotecas públicas* em que são apresentados princípios para determinação de cabeçalhos de assunto. Tendo em vista os nossos estudos sobre política de indexação, entendemos que tais princípios também dizem respeito ao nosso tema de pesquisa. São eles:

- Especificidade: o cabeçalho designa um único assunto;
- Síntese: o conteúdo expresso com a maior simplicidade possível;
- Uso: não perder de vista o usuário, a coleção etc.
- Linguístico: linguagem acessível e na ordem normal do idioma;
- Uniformidade: para cada assunto haverá um cabeçalho uniforme, destacar os casos de homonímia;
- Economia: não determinar vários cabeçalhos de assunto a um único documento. Em caso de biblioteca pública, determinar um assunto mais geral.

A Biblioteca Nacional da França afirma em seu *site* (<http://www.bnf.fr>) que sua política de indexação é parte de sua política de catalogação, considerando-a como essencial para garantir a homogeneidade dos registros bibliográficos de todos os tipos de documentos da biblioteca.

Segundo o *site*, os objetivos da política de indexação são:

- harmonizar o acesso por assunto em seu catálogo;
- explicitar as decisões da indexação para os catalogadores, para os profissionais que importam seus registros e para os usuários que fazem buscas por assunto.

Além disso, o *site* deixa claro que a política de indexação descrita corresponde a uma etapa de reflexão da Biblioteca.

O exemplo da Biblioteca Nacional da França é compatível com nossa visão sobre a diferenciação entre os processos de indexação e de catalogação, sobre a necessidade de elaboração de política de indexação para construção de catálogos e sobre a postura adotada pelo profissional, que neste caso é nomeado como catalogador, com relação às decisões referentes ao processo de indexação.

Em 2007, no 73º Congresso da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) realizado em Durban (África do Sul), o grupo de trabalho sobre Diretrizes para Acesso por Assunto das Agências Bibliográficas Nacionais (*Working Group on Guidelines for Subject Access by National Bibliographic Agencies*) afirmou que considera

[...] o desenvolvimento de uma política de indexação/catalogação um passo necessário para oferecer aos usuários uma informação adequada sobre o tipo disponível de acesso por assunto para os documentos listados em bibliografias nacionais. O objetivo do grupo é fazer recomendações às bibliotecas nacionais sobre os tipos de documentos que serão indexados de acordo com as necessidades de vários grupos de usuários (BOURDON; LANDRY, 2007, p. 2, tradução nossa).

Nesse mesmo congresso realizado no ano de 2006, em Seul (Coréia do Sul) ficou decidido que alguns membros do grupo pesquisariam as políticas de indexação disponíveis na Internet e suas respectivas bibliotecas. O documento disponibilizado neste ano no 73º Congresso é resultado da compilação de pontos comuns entre as políticas identificadas das bibliotecas nacionais dos seguintes países Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália, Noruega e Suíça, e será submetido à análise do grupo, durante a realização do Congresso.

Bourdon e Landry (2007) ressaltam que serão discutidos elementos-chave para determinar a relevância e utilidade da política de indexação para os diferentes grupos de usuários. São estes os seguintes elementos:

⇒ Política de indexação: aspecto estratégico:

- Para quem a política é direcionada?
- Quais os limites de sua aplicação?
- A política deveria ser publicada?
- Deveria incluir o histórico da política?

⇒ Apresentação das ferramentas para indexação:

- Quais as diferentes linguagens e esquemas de classificação utilizados?
- Quais as características de cada linguagem?

- A indexação será pré ou pós-coordenada?
- ⇒ Aplicação das ferramentas para indexação
- Como as ferramentas serão utilizadas na bibliografia nacional e no catálogo da biblioteca nas agências bibliográficas nacionais?
  - Existirão níveis diferentes de catalogação?
  - Devem ser levados em conta os projetos de indexação retrospectiva?
  - Quais os tipos de documentos indexados e não indexados?
  - O índice será bilíngue / multilíngue?
  - Qual o uso das ferramentas para indexação na interface de busca?
  - As ferramentas serão disponibilizadas para os usuários durante suas buscas?

Observa-se a partir desse grupo de trabalho, do documento elaborado e das expectativas para o delineamento de uma diretriz para bibliotecas nacionais e agências de bibliografias nacionais que há uma volta à teoria da indexação/catalogação de assunto e dos estudos ressaltando a importância da elaboração de sua política não mais somente direcionada aos grandes sistemas de informação especializados, mas também às bibliotecas nacionais..

Diferentemente das bibliotecas, os grandes sistemas de informação especializados como *International Nuclear Information System* (INIS), *International Information System for Agricultural Sciences and Technology* (AGRIS) e Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME) possuem uma política de indexação explícita em manuais dirigidos aos indexadores. Apesar de trabalharem em um contexto diferente das bibliotecas, consideramos importante resgatar os estudos realizados sobre a política de indexação desses sistemas (RUBI, 2000; 2003) com a intenção de ressaltar alguns elementos que poderiam ser aproveitados na elaboração de política de indexação para bibliotecas.

A política de indexação dos sistemas citados foi observada por Rubi (2000) mediante seus manuais de indexação. Esses manuais foram analisados de maneira comparativa levando-se em consideração conteúdo, estrutura e os elementos componentes da política de indexação, utilizando como parâmetro para essa última análise os elementos descritos por Carneiro (1985) que se referiam diretamente ao processo de indexação.

Consideramos necessário o estudo sobre os manuais de indexação tendo em vista a seguinte afirmação de Guimarães (2000, p. 55-56),

[...] uma política só poderá ter continuidade e aperfeiçoamento no decorrer dos anos se devidamente registrada em documentos, de modo a que se possa ter clareza (independentemente dos elementos humanos) do conjunto de decisões tomadas, suas razões e seu contexto.

Dentre os resultados obtidos, consideramos importante destacar dois aspectos: referente à leitura documentária e referente aos elementos de política de indexação.

Todos os manuais apresentam uma descrição de como deve ser realizada a leitura do documento com fins à indexação, como por exemplo, recomendações sobre quais as partes do documento que devem ser lidas e quais aquelas que devem ser evitadas. Em nosso entendimento, as descrições apresentadas, ainda que possam parecer simplistas, demonstram uma preocupação com a fase inicial da indexação.

Sobre os elementos de política de indexação, os manuais do INIS, AGRIS e BIREME apresentam todos aqueles listados por Carneiro (1985). Porém, observou-se que a ênfase maior foi dada aos elementos de especificidade e exaustividade, tendo em vista os objetivos desses sistemas de informação enquanto centros referenciais especializados em uma área do conhecimento. Todos os manuais determinam que seja aplicado o maior nível de especificidade possível, além de um número mínimo e máximo de palavras-chave a serem indexadas.

Tendo em vista toda a literatura arrolada até o presente momento, acreditamos que esses dois elementos não devem ser os únicos a serem considerados dentro de uma política de indexação.

Isso porque consideramos que o indexador, durante a realização da indexação, sofre a influência não só dos elementos que compõe a política de indexação como também de todo o contexto onde ele está inserido. Esse contexto engloba (SILVA, 2006; FUJITA, 2007):

- Aspectos físicos: diz respeito à própria biblioteca, tanto em relação à estrutura física, como os materiais que são disponibilizados para o profissional realizar o seu trabalho;
- Aspectos psicológicos: diz respeito, por exemplo, aos problemas e preocupações do indexador;
- Aspectos sociocognitivos: objetivos da indexação, política de indexação, regras e procedimentos do manual de indexação, a linguagem documentária para representação e mediação da linguagem do usuário e os interesses de busca do usuário;

Nesse sentido, nosso foco está centrado no contexto sociocognitivo, na perspectiva de Hjørland (2002), quanto à proposta de interação entre o indexador e ambiente social/organizacional por dois aspectos: a indexação é um processamento intelectual que depende da cognição; e o domínio do contexto físico, psicológico e

sociocognitivo é necessário para que o indexador realize a identificação e seleção de conceitos na concepção orientada para o conteúdo e para a demanda.

A partir dessa constatação, demonstraremos em quadro a seguir uma síntese de todos os elementos que consideramos importante para a elaboração de uma política de indexação correlacionando-os às suas fontes literárias:

Quadro 17 – Síntese dos elementos a serem considerados na elaboração de uma política de indexação

<b>ELEMENTOS DE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO</b>	<b>FONTES</b>
Avaliação do sistema	Carneiro (1985);
Campos e sub/campos do formato MARC	Moen e Benardino (2003)
Capacidade de consulta a esmo ( <i>browsing</i> )	Fosket (1973)
Capacidade de revocação e precisão do sistema	Carneiro (1985);
Cobertura de assuntos	Carneiro (1985); Guimarães (2000)
Consistência/ Uniformidade	Olson e Boll (2001); Vilchez Pardo (2002)
Detalhamento dos procedimentos relacionados à leitura documentária	Manuais INIS, AGRIS e BIREME
Economia	Vilchez Pardo (2002)
Escolha da linguagem	Carneiro (1985); Vilchez Pardo (2002)
Especificidade	Cutter (1876); Foskett (1973); Carneiro (1985); Chaumier (1986); Connell (1996); Olson e Boll (2001); Vilchez Pardo (2002)
Estratégia de busca	Carneiro (1985);
Adequação	Olson e Boll (2001)
Exaustividade	Lancaster (1968; 1993); Carneiro (1985); Chaumier (1986); Van Slype (1991); Olson e Boll (2001)
Forma de saída dos resultados	Carneiro (1985);
Formação do indexador	Fosket (1973)
Manual de indexação (elaboração/utilização)	Manuais INIS, AGRIS e BIREME; Guimarães (2000)
Seleção e aquisição de documentos-fonte	Carneiro (1985); Guimarães (2000)
Síntese	Vilchez Pardo (2002)
Uso (pelo usuário)	Vilchez Pardo (2002)

Fonte: elaborado pela autora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos ser necessário que as bibliotecas percebam a importância da indexação em todo o ciclo documentário, considerando-a como parte da administração, compreendendo que esse processo necessita de parâmetros que guiem os indexadores no momento de tomadas de decisões, minimizando subjetividade e incertezas durante o processo de catalogação de assunto, reconhecendo, portanto, a importância de se implantar uma política de indexação.

Além de ter que lidar com esse novo cenário de disponibilização da informação, como os catálogos eletrônicos das bibliotecas, essa política deve contemplar também os novos documentos cujos formatos e estruturas exigem constante avaliação da política e capacitação dos bibliotecários e usuários. (GUIMARÃES, 2004).

Nesse sentido, Gonçalves (2005) distingue dois tipos de política de indexação a serem consideradas: política de indexação global e política de indexação local.

A política de indexação global dentro de um sistema de informação, como por exemplo, uma rede de bibliotecas universitárias, estabelecerá parâmetros comuns a serem adotados por todas as bibliotecas que formam essa rede, tornando o catálogo uniforme e consistente e amparando os indexadores no momento da representação temática dos documentos. Ou seja, uma política de indexação que torne o sistema ainda mais eficiente, deixando de lado suas possíveis incoerências pela falta de padronização na indexação, justificada pelo grande número de bibliotecas e pelo variado contingente de bibliotecários distribuídos entre o sistema, não havendo assim consenso sobre a melhor maneira, ou até mesmo, reflexões sobre os conceitos e princípios de indexação. (GONÇALVES, 2005).

Entretanto, cada biblioteca que compõe essa rede, deverá desenvolver sua política de indexação considerando suas particularidades como a área do conhecimento em que a biblioteca está inserida, as pesquisas desenvolvidas no local, a demanda dos usuários e as atividades administrativas: missão, objetivos, planejamento estratégico e a filosofia da instituição. (GONÇALVES, 2005).

Nesse sentido, a política deverá ser entendida em dois aspectos - em âmbito global, por meio de uma filosofia que reflita sua missão e seus objetivos, e em nível local, em que as particularidades de cada unidade deverão estar representadas e serem respeitadas de acordo com a demanda usuária local.

É importante destacar que essa visibilidade do catálogo e a responsabilidade do bibliotecário permeiam todo o processo de indexação, tornando-se necessário uma mudança de postura do bibliotecário conscientizando-se sobre a importância de adoção de critérios de qualidade para que esse processo resulte na recuperação da informação, sendo a política de indexação um deles.